



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RAFAEL FERRARI SANTANA VAZ

**UMA ANÁLISE SOBRE A HIPÓTESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA DE 1985 À 2015.**

SALVADOR

2015

RAFAEL FERRARI SANTANA VAZ

**UMA ANÁLISE SOBRE A HIPÓTESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA DE 1985 À 2015.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como quesito parcial à obtenção do título de Bacharel de Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia.

Área de concentração: Desindustrialização.

Orientador: Hamilton de Moura Ferreira Júnior.

SALVADOR

2015

RAFAEL FERRARI SANTANA VAZ

UMA ANÁLISE SOBRE A HIPÓTESE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA DE 1985 À 2015.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como quesito parcial à obtenção do título de Bacharel de Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Hamilton de Moura Ferreira Júnior

Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmã que me apoiaram de todas as formas possíveis e não mediram esforços para que eu conquistasse meus objetivos.

A minha esposa Alice, que sempre esteve comigo nessa longa caminhada e soube me apoiar e incentivar sempre, estando presente nos momentos mais importantes e nos concedendo a benção maior, o nosso filho Miguel - que em brevé estará conosco na construção da nossa família.

Aos colegas de turma pelo companheirismo, pelas discussões acadêmicas e pelas trocas de experiência e conhecimento que agregaram muito ao meu conhecimento acadêmico e pessoal.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Prof. Dr. Hamilton Moura Ferreira Júnior, que teve participação fundamental na elaboração deste trabalho, me orientando e apontando as diretrizes centrais do trabalho.

Aos meus amigos, que souberam aceitar meu distanciamento e a minha ausência, e que mesmo assim, sempre estiveram presentes nos momentos mais importantes. Enfim, a todos aqueles que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muito obrigado.

Dedico esta monografia aos meus pais,
Leonídio e Cristina, minha irmã Luciana,
a minha esposa Alice e ao meu filho
Miguel.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as causas do possível processo de desindustrialização que o Brasil está passando e se debruçar sobre as consequências dele para a economia brasileira. Com o intuito de entender as causas e as consequências desse fenômeno, esse trabalho irá trazer a contribuição de dois autores sobre esse fenômeno no Brasil, quais sejam: Bresser Pereira e Filgueiras. Analisaremos a estrutura industrial brasileira e o conceito de desindustrialização para assim verificar o processo de desindustrialização em curso no Brasil na visão dos autores. Faz-se necessário então, um entendimento da causa desse fenômeno, que acontece na indústria brasileira nos últimos anos, para sanar os possíveis problemas que esse fenômeno esteja causando.

Palavras-chave: Desindustrialização. Indústria. Doença Holandesa. Reprimarização.

ABSTRACT

This essay aims to identify possible causes for the deindustrialize process which Brazil has been going through and comprehends its consequences in Brazilian economy. To understand this process, this essay brings references such as Bresser Pereira and Filgueiras. The essay will analyse the Brazilian industrial structure and a concept of deindustrialization to thereby verify this current process that occurs in the country based on the theory of the authors. At the time it is necessary to comprehend how this fact happens in Brazilian industry in the last years, to fix and adjust possible issues caused by this phenomenon.

Key-words: Deindustrialization; Industry, Dutch disease, Reprimarization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01	Desenvolvimento da participação dos setores em economias desenvolvidas	15
Gráfico 02	Evolução do PIB brasileiro de 1999-2014	18
Gráfico 03	Produção física industrial, por tipo de índice e seções e atividades industriais - Índice mensal (Base: igual mês do ano anterior = 100	20
Gráfico 04	Pessoal Ocupado Assalariado Índice Média Móvel Trimestral 2010-2013	21
Gráfico 05	Indicadores Industriais -2013 Pessoal Ocupado Assalariado x Produção Industrial x Número de Horas Pagas Séries com Ajuste Sazonal – 2013	22
Gráfico 06	Participação Percentual da Indústria de Transformação no PIB a preço básicos – 1947-2008 (% baseadas em valores a preços correntes)	26
Gráfico 07	Evolução da participação da indústria de transformação brasileira no PIB (1947-2012)	28
Gráfico 08	Participação do Valor Adicionado da Indústria de Transformação a preços de 1995 (1996 a 2008)	29
Gráfico 09	Taxa de crescimento do PIB e da Indústria de Transformação (%) e Taxa Real Efetiva de Câmbio (1996-2008)	30
Gráfico 10	Brasil: Participação das Exportações por fator agregado (%)	36
Gráfico 11	Brasil: Saldo do Comercial dos Produtos Industriais e Não Industriais (%)	36
Gráfico 12	Indústria de Transformação: Valor Adicionado/PIB (%)	37
Gráfico 13	Participação da indústria e da indústria de transformação no emprego total	38
Gráfico 14	Balança Comercial dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica % do PIB – 1996/2010	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Participação da Indústria no Emprego (% do total)	16
Tabela 02	Valor adicionado da Indústria de Transformação e PIB per Capita US\$ PPC	17

LISTA DE SIGLAS

AEB	ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
FHC	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
MDIC	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
OMC	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
PAEG	PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
SELIC	SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DEFINIÇÃO E APROFUNDAMENTO DO CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E BREVE PANORAMA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA	14
3	DESINDUSTRIALIZAÇÃO SEGUNDO BRESSER – PEREIRA	23
4	DESINDUSTRIALIZAÇÃO SEGUNDO FILGUEIRAS	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas a indústria brasileira vem perdendo força e diminuindo cada vez mais a sua produção, mitigando sua importância na construção do PIB e reduzindo os seus postos de trabalho. Na contramão da indústria, o setor de serviços vem crescendo e ganhando mais desenvoltura no PIB brasileiro. Em 1985, a indústria de transformação no Brasil registrava seu ápice, representando 35% do PIB brasileiro e de lá pra cá essa representatividade só vem caindo, chegando em 2010 ao seu menor índice registrado, só 15% de representatividade do PIB.

Alguns autores justificam essa queda como um processo natural da economia capitalista – o setor de serviços naturalmente se tornaria maior do que o setor industrial, sempre existindo o crescimento de um setor em detrimento de outro. A própria indústria teria passado por esse processo quando cresceu e viu o setor agrícola perder o seu espaço.

Apesar dessa visão, é interessante identificar quais são as causas desse fenômeno e analisar os eventuais benefícios ou não à saúde da economia brasileira. O possível processo de desindustrialização brasileiro, é um tema muito polêmico para os economistas, alguns defendem o processo como algo benéfico e outros como algo nocivo à economia brasileira. Tal discussão é extremamente importante para o desenvolvimento econômico brasileiro e, por isso, esse trabalho tem como objetivo identificar as causas desse processo e, por outro lado, se debruçar sobre as consequências dele para a economia brasileira.

Com o intuito de entender as causas e as consequências desse fenômeno, esse trabalho irá trazer a contribuição de dois autores sobre esse fenômeno no Brasil, quais sejam: Bresser Pereira e Filgueiras. Para o melhor entendimento das ideias dos autores é importante caracterizar o que seria o processo de desindustrialização, para o que foi feita uma breve discussão sobre o conceito presente na literatura atual. Após identificar o conceito, é necessário identificar em qual situação e estágio se encontra a economia brasileira. Para isso, é feita uma análise da indústria e da economia brasileira, através de dados estatísticos disponíveis na literatura.

Após a leitura do panorama da indústria brasileira serão apresentadas as ideias dos autores, quais causas apontadas pelos autores defendem o surgimento deste processo, além das possíveis consequências que esse processo pode provocar na economia brasileira. Assim o objetivo geral deste trabalho é identificar as possíveis causas da desindustrialização brasileira para os autores Bresser Pereira e Filgueiras e verificar se essas causas são provenientes ou não da evolução da indústria brasileira.

O tema proposto neste trabalho se torna relevante diante de um cenário de incertezas quanto ao futuro da indústria na economia brasileira. Faz-se necessário então, um entendimento da causa desse fenômeno, que acontece na indústria brasileira nos últimos anos, para sanar os possíveis problemas que esse fenômeno esteja causando, caso seja um fenômeno maléfico; ou, caso seja um fenômeno benéfico à economia, adotar medidas para manutenção e propagação desse efeito.

2 DEFINIÇÃO E APROFUNDAMENTO DO CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E BREVE PANORAMA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Para o melhor aproveitamento das ideias do trabalho, faz-se necessário uma discussão sobre o conceito de desindustrialização presente na literatura atual.

Nos últimos trinta anos, o conceito de desindustrialização tem sido bastante discutido, sendo ainda objeto de controvérsias no campo. Rowthorn e Wells apresentam o seguinte conceito:

Na consolidação do conceito elaborada por Rowthorn e Wells (1987), a desindustrialização é definida como um fenômeno caracterizado, principalmente pela retração relativamente expressiva do emprego no setor manufatureiro vis-à-vis os demais setores, notadamente o de serviços. (NASSIF, 2008, p. 75).

Assim, para os autores, a desindustrialização ocorreria quando houvesse uma diminuição dos postos de trabalho como consequência do aumento em outro setor, com maior expressão, o de serviços. Trata-se de conceito clássico que não define se esse fenômeno é positivo ou negativo à atividade econômica do país, tampouco identifica o estágio da economia para que esse processo se inicie.

A desindustrialização, para alguns economistas, não é necessariamente um fenômeno negativo. Muitos economistas defendem que uma mudança na composição setorial do valor adicionado total e do emprego ao longo dos anos faz parte do processo de desenvolvimento econômico dos países.

Isso já teria acontecido com a agricultura, no passado, quando ela detinha uma elevada participação no valor adicionado nas economias e também nos postos de trabalho. Com o passar dos anos, porém, a agricultura foi perdendo espaço para a indústria, que passava a crescer em razão do advento dos avanços tecnológicos que ela mesma provocava (Revolução Industrial). Esse crescimento, inclusive, não só diminuía o papel da agricultura, como também mitigava o papel dos serviços que também sofreu uma restrição. Esse processo de crescimento de um setor em detrimento de outro proveniente de avanços tecnológicos faz parte da evolução do sistema capitalista e em algum momento acontecerá

A desindustrialização positiva ocorre em países onde existe um alto nível de desenvolvimento econômico, tecnológico e social, o que não é observado em economias menos desenvolvidas, onde a indústria tem um papel fundamental na composição do nível de emprego já que elas estão vivendo seu processo de industrialização. Por outro lado, a desindustrialização negativa seria, então, um fenômeno patológico, que afeta as economias em desenvolvimento. A indústria perderá postos de trabalho, possivelmente para o setor de serviços, mas a economia em desenvolvimento não tem forças para absorver totalmente esses postos de trabalho, o que irá produzir aumento de desemprego. (Rowthorn e Wells, 1987, p.6)

Tabela 01: Participação da Indústria no Emprego (% do total)

Região:	1960	1970	1980	1990	1998
África Subsaariana	4.4	4.8	6.2	5.5	5.5
América Latina e Caribe	15.4	16.3	16.5	16.8	14.2
Cone Sul e Brasil	17.4	17.2	16.2	16.6	11.8
Ásia Ocidental e Norte da África	7.9	10.7	12.9	15.1	15.3
Sul da Ásia	8.7	9.2	10.7	13.0	13.9
Leste da Ásia (exceto China e Japão)	10.0	10.4	15.8	16.6	14.9
NIEs	10.5	12.9	18.5	21.0	16.1
China	10.9	11.5	10.3	13.5	12.3
Terceiro mundo	10.2	10.8	11.5	13.6	12,5
Primeiro mundo	26.5	26.8	24.1	20.1	17.3

Fonte: OREIRO;FEIJO (2010)

Mais tarde, Rowthorn, conjuntamente com Ramaswany, reelaborou o conceito de desindustrialização. Nas palavras de Oreito e Feijó (2010,P. 220):

O conceito “clássico” de “desindustrialização” foi definido por Rowthorn e Ramaswany (1999) como sendo uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região.

Assim, o processo de desindustrialização inicia-se quando a indústria perde, continuamente, postos de trabalhos em detrimento de outro setor da economia em uma determinada região.

Complementando esse conceito, Tregena redefiniu o termo desindustrialização “(...) como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente” (Oreiro e Feijó, 2010, p. 221).

Partindo desse conceito, pode-se afirmar que mesmo que a indústria mantenha o crescimento, mas perca importância como fonte geradora de empregos ou na formação do PIB, o processo de desindustrialização estará em curso.

Conforme os autores consultados, numa abordagem ampliada de desindustrialização, é possível afirmar que o fenômeno se manifesta ainda que haja um crescimento da produção da indústria em termos físicos, já que, sob essa ótica, o fator determinante seria a geração de empregos no setor.

Tabela 02: Valor adicionado da Indústria de Transformação e PIB Per Capita (US\$ PPC)

Países	VA/PIB	PIB per capita US\$ PPC
Reino Unido *	13,3	32.731
Estados Unidos ****	12,7	42.107
Alemanha **	23,9	33.236
Área do Euro **	18,1	30.966
Japão **	21,2	31.660
Coreia ***	27,9	25.517
Brasil ****	15,5	9.455
Índia ****	15,9	2.970
China ****	33,9	6.200
Média	20,3	23.871

Fonte: IBGE; Banco Mundial. Bureau of Economics Analysis, 2010

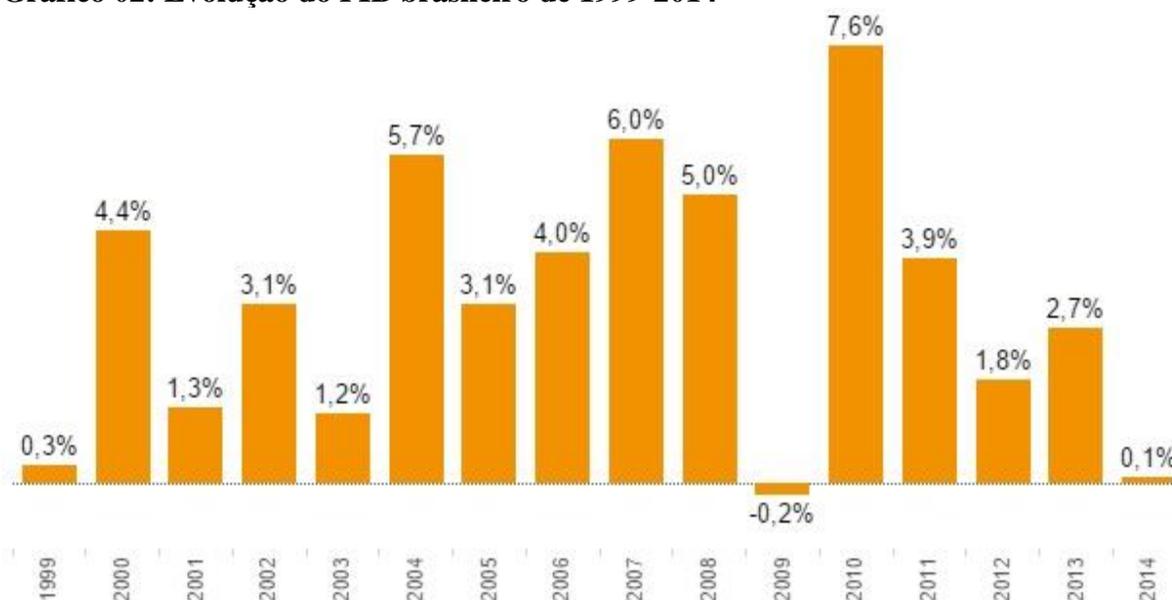
Nota: *2005 **2007 ***2008 ****2009

O processo de desenvolvimento econômico tem como consequência direta a desindustrialização a partir de certo nível de renda per capita, já que a elasticidade renda da demanda de serviços tende a crescer com o desenvolvimento econômico e sobrepor-se à elasticidade renda da demanda de manufaturados, conforme constatam Oreiro & Feijó (2010).

[...] uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ ou de valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de quantum) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização. (OREIRO ; FEIJO, 2010, p. 221).

O conceito de desindustrialização ainda não é consenso entre os economistas, mas muitos entendem que a desindustrialização é uma situação onde tanto o emprego, como a produção industrial, perdem participação na composição do PIB de um determinado país e/ou região. Para compreender de que forma o conceito de desindustrialização pode explicar composição da economia brasileira, é importante traçar um breve panorama sobre o cenário econômico nacional. A economia brasileira no ano de 2012 teve um crescimento aquém das expectativas. Segundo dados do IBGE, a economia cresceu apenas 1,8% em relação a 2011 e em 2014 o crescimento foi quase nulo, fixado em 0,1% em comparação com 2013. Enquanto isso, a China mantém uma taxa de crescimento médio superior a 7%, tendo crescido em 2013 7,6% em comparação ao ano de 2012. Esse cenário, aliado a um custo-pais muito elevado, se impõe como desafio para que a indústria brasileira supere as expectativas e volte a crescer, o que se refletiria em uma maior representação do setor no PIB brasileiro.

Gráfico 02: Evolução do PIB brasileiro de 1999-2014



Fonte: IBGE, 2015

A economia brasileira nos últimos 15 anos cresceu a uma taxa média de 3% ao ano, taxa que não era atingida desde o milagre econômico. Esse crescimento está ligado à nova organização mundial que foi estabelecida, com a entrada da China na OMC. Esse evento proporcionou um grande salto no comércio internacional, impactando positivamente nos países periféricos - produtores de *commodities*, que tiveram suas exportações fortemente estimuladas. Essa conjuntura proporcionou ao Brasil o crescimento das exportações que trouxeram superávits E investimento, garantindo a redução das taxas de juros.

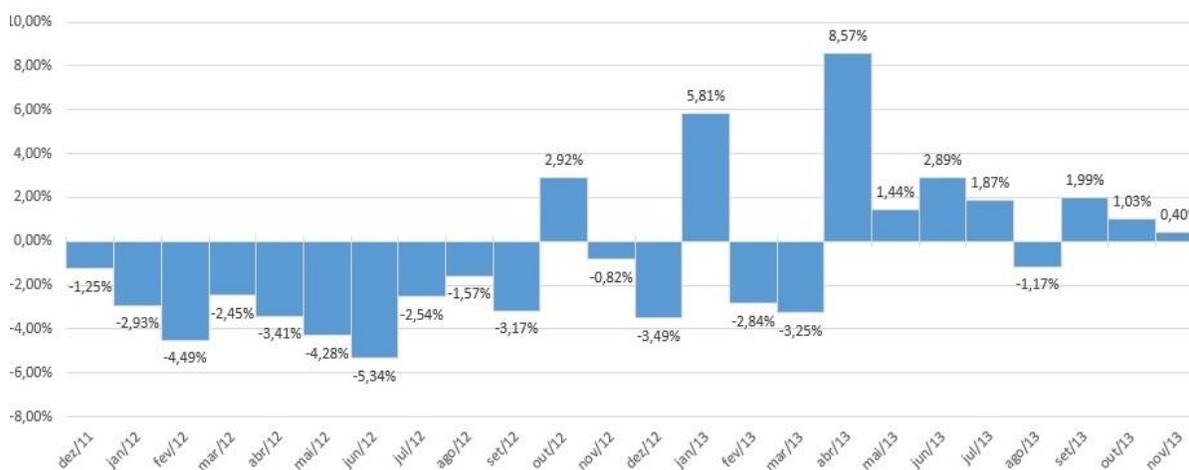
O governo iniciou políticas sociais, como o “Bolsa Família”, que tinha como o objetivo a redução da pobreza e a redistribuição de renda. Outros importantes projetos implementados pelo o governo foi o “Minha Casa Minha Vida” e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que geraram um vertiginoso crescimento da indústria da construção civil. Nesse período o consumo interno foi fortemente ampliado, resultado da facilidade na concessão de crédito proveniente da redução dos juros e uma nova política de crédito consignado. Essa política teve seu ápice em 2010 quando o PIB brasileiro teve um crescimento de 7,6%, o maior crescimento registrado nos últimos vinte anos. O ano de 2010 foi um ano importante, pois foi o ano de retomada do crescimento depois da crise mundial gerada pela

A indústria brasileira, em 2012, encolheu 0,8% e passou a representar 22,3% do PIB, (IBGE 2013), sendo a maior perda ocorrida no setor de transformação, com diminuição de 2,5%. Em novembro de 2013, a produção industrial brasileira diminuiu 0,2% em relação ao mês anterior, segundos dados do IBGE, interrompendo 3 sucessivas altas nos meses de agosto (0,2%), setembro (0,6%) e outubro (0,6%). Em relação ao mesmo período de 2012, o índice mostrou um ligeiro aumento de 0,4%, terceiro resultado positivo consecutivo nesse tipo de análise, porém já mostra uma tendência de baixa, já que nos meses anteriores as altas foram maiores – setembro (2,0%), outubro (1,0%). O índice acumulado nos onze meses de 2013 registrou aumento de 1,4% na atividade industrial frente a igual período do ano anterior. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, ao apontar expansão de 1,1% em novembro de 2013, mostrou ligeiro ganho de ritmo comparado a outubro (0,9%), mas repetiu o resultado de setembro (1,1%).

Na comparação com igual mês do ano anterior, o setor industrial mostrou variação de 0,4% em novembro de 2013, com predomínio de resultados positivos, já que a maior parte (15)

dos 27 ramos apontou avanço na produção. Dentre as atividades, a de refino de petróleo e a de produção de álcool (10,8%) exerceram a maior influência positiva na formação da média da indústria, impulsionada principalmente pela expansão na produção de gasolina automotiva, óleo diesel e outros óleos combustíveis, álcool etílico e naftas para petroquímica. Outras contribuições positivas relevantes sobre o total nacional vieram de outros produtos químicos (5,3%), máquinas e equipamentos (4,7%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (15,8%), equipamentos de transporte (10,4%) e metalurgia básica (4,2%). Por outro lado, ainda na comparação com novembro de 2012, entre as doze atividades que reduziram a produção, os principais impactos foram observados em bebidas (-11,2%), edição, impressão e reprodução de gravações (-10,2%), alimentos (-2,9%), equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (-24,1%) e veículos automotores (-2,8%).

Gráfico 03 – Produção física industrial, por tipo de índice e seções e atividades industriais - Índice mensal (Base: igual mês do ano anterior = 100)



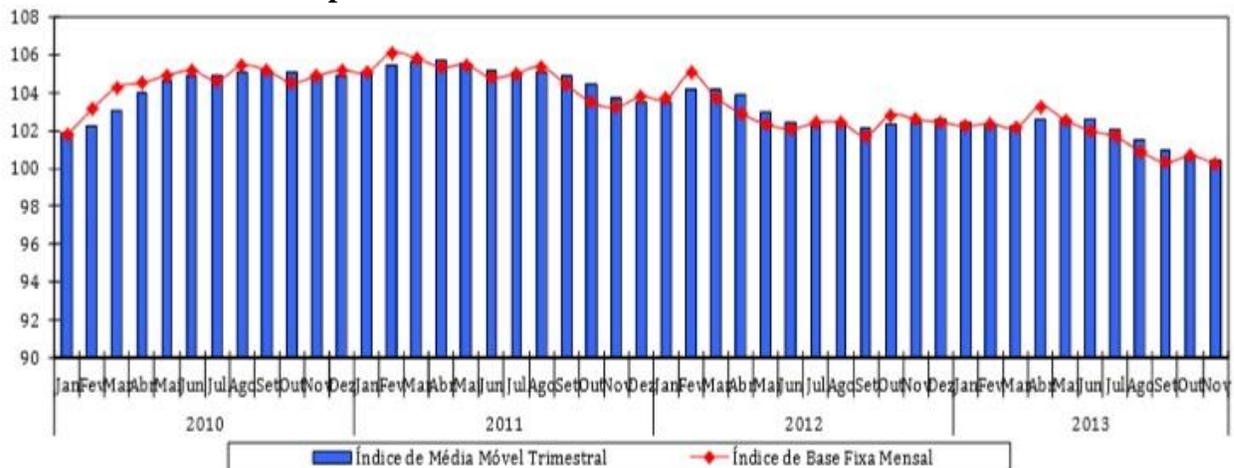
Fonte: IBGE, 2013

Em novembro de 2013, o total do pessoal ocupado assalariado na indústria mostrou variação nula (0,0%) frente ao patamar do mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. Vale ressaltar que o mesmo item passou por ligeira variação positiva de 0,1% em outubro, quando interrompeu cinco meses de taxas negativas consecutivas nesse tipo de confronto, período em que acumulou perda de 1,8%. Ainda na série com ajuste sazonal, o índice de média móvel

trimestral assinalou variação negativa de 0,1% no trimestre encerrado em novembro frente ao nível do mês anterior e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em abril último (IBGE, 2013).

O emprego industrial mostrou queda de 1,7% no índice mensal de novembro de 2013, vigésimo-sexto resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto e o mais intenso desde setembro de 2012 (-1,9%). No índice acumulado para os onze meses de 2013, o total de pessoas ocupado na indústria assinalou redução de 1,1%. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, ao recuar 1,1% em novembro de 2013, apontou perda ligeiramente mais elevada que a observada nos meses de agosto, setembro, outubro.

Gráfico 04: Pessoal Ocupado Assalariado Índice Média Móvel Trimestral 2010-2013

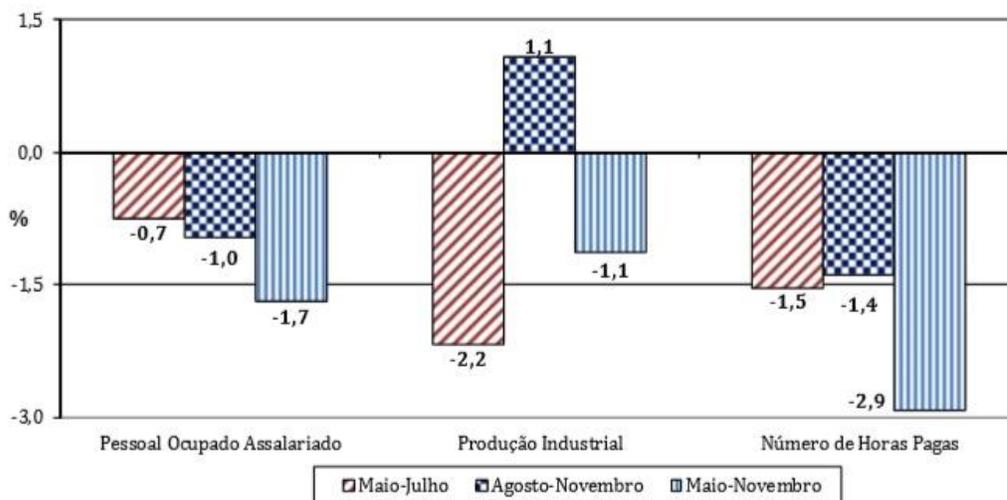


Fonte: IBGE, 2013

Setorialmente, ainda no índice acumulado no ano, as contribuições negativas mais relevantes sobre a média nacional vieram de calçados e couro (-5,3%), outros produtos da indústria de transformação (-4,0%), vestuário (-2,7%), máquinas e equipamentos (-2,2%), produtos têxteis (-3,7%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-2,6%), produtos de metal (-2,1%) e madeira (-5,1%), enquanto os setores de alimentos e bebidas (1,3%) e de borracha e plástico (3,0%) responderam pelas principais influências positivas.

Esse cenário evidencia que a indústria brasileira vive um momento conturbado com crescimento irregular e baixa taxa de ocupação dos postos de trabalho, uma grande evidência do processo de desindustrialização.

Gráfico 05: Indicadores Industriais -2013 Pessoal Ocupado Assalariado x Produção Industrial x Número de Horas Pagas Séries com Ajuste Sazonal - 2013



Fonte: IBGE, 2013.

Conforme gráfico acima no ano de 2013 há reduções sucessivas em todas as variáveis que remetem ao emprego x indústria. Mesmo em agosto-novembro quando há um aumento da produção industrial o número de pessoa ocupadas e o número de horas pagas tiveram reduções se comparado ao mês anterior sinalizando assim uma forte retração na contratação de pessoas para o setor industrial.

3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO SEGUNDO BRESSER – PEREIRA

Após conceituar a desindustrialização e analisar o momento atual da economia brasileira, faz-se necessário investigar o curso desse processo no Brasil segundo a ótica de alguns economistas.

Para Luis Carlos Bresser Pereira, a desindustrialização é vista como um grande problema para a economia brasileira:

A excessiva entrada de capitais no Brasil, a política de crescimento com poupança externa e o populismo cambial baseado em taxa de câmbio apreciada são outros fatores citados como responsáveis pela tendência que dificulta ou inviabiliza a industrialização e o crescimento do país. (BRESSER PEREIRA, 2010)

Bresser Pereira defende fortemente que o grande fator que influencia o processo de desindustrialização brasileira é a apreciação do câmbio e uma das formas de sanar esse processo seria uma melhor administração da taxa de câmbio. O autor defende que tornando a taxa de câmbio competitiva, equilibrada e estável, o processo de desindustrialização seria sanado e a indústria brasileira voltaria a ser dinâmica e competitiva.

O mesmo autor defende que há duas possíveis causas da existência de uma taxa de câmbio cronicamente sobreapreciada: a doença holandesa e a entrada excessivas de capitais para financiar déficits em conta corrente desnecessária e prejudiciais ao desenvolvimento econômico do país. Bresser Pereira, define a doença holandesa como:

(...) a doença holandesa é a crônica sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo (BRESSER PEREIRA, 2010).

A doença holandesa foi identificada pela primeira vez na Holanda nos anos 1960, quando a descoberta e extrema exploração de gás natural trouxe um aumento súbito das exportações e forte valorização da moeda local. Com esse aumento das exportações do gás e a valorização cambial, ocorreu uma drástica redução das exportações dos demais produtos holandeses, que se tornaram menos competitivos nos mercados internacionais. Nesse sentido, esse aumento das receitas provocado pela descoberta de um bem natural abundante prejudicou os demais bens

manufaturados e acarretou queda da produtividade, ocorrendo uma desindustrialização decorrente da sobrevalorização da moeda.

Quando um país possui abundância em um recurso natural que gera um menor custo de produção e exploração desse bem em relação a outros países e/ou regiões, esse país terá certa vantagem em relação aos outros, mas, com isso, esse bem passar a ser explorado e exportado em maior quantidade, ocorrendo, então, uma possível sobreapreciação cambial, podendo gerar diversos problemas na estrutura econômica do país.

A doença holandesa é um problema que afeta muitos países em desenvolvimento. Essa aparente vantagem competitiva gerada pela abundância de um bem natural é uma falha de mercado porque ela traz ao longo prazo um equilíbrio em conta corrente do país. De fato, a sobreapreciação cambial pode prevalecer ao longo do tempo sem que permita uma crise no balanço de pagamento, mas essa falha de mercado pode mascarar um problema na estrutura do país que não é percebida pelos governantes. Ou seja:

A doença holandesa é uma falha de mercado que gera externalidades negativas nos outros setores de bens e serviços comercializáveis da economia impedindo esses setores de se desenvolverem não obstante usem a melhor tecnologia e as melhores práticas administrativas (BRESSER PEREIRA, 2010).

A descoberta de um bem natural em abundância resulta em um redirecionamento da estrutura econômica de uma determinada região, que passa a produzir mais um bem, sem ter tido a necessidade de em algum momento ter um avanço tecnológico ou desenvolvimento de ferramentas administrativas para tal. Isso não gera uma vantagem competitiva proveniente de um desenvolvimento tecnológico, os produtos já produzidos naquela região não geram, também, ganho de produtividade e sim o inverso, eles perdem produtividade frente aos mercados de outras regiões. Com a sobrevalorização cambial, os produtos antes industrializados naquela região ficarão mais caro em relação aos outros mercados.

Na construção de sua teoria, Bresser Pereira levanta um ponto importante para o entendimento do efeito negativo que a doença holandesa traz para o desenvolvimento econômico do país. A doença holandesa geralmente acontece com o descobrimento de um bem natural em abundância, gerando rendas ricardianas fenômeno no qual o preço do bem é definido no mercado internacional pelo produtor marginal menos eficiente que passar a ser admitido no mercado.

Portanto, se um país produz um bem com baixo custo e outro país produz, esse mesmo bem, com um custo mais elevado e mesmo assim ele continua inserido no mercado, o preço daquele bem será dado pelo que têm o maior custo de produção, aumentando ainda mais o lucro do que produz com menor custo:

Enquanto, no modelo de Ricardo, as rendas ricardianas beneficiam somente os proprietários das terras mais produtivas, no caso da doença holandesa, se elas não forem neutralizadas, beneficiarão, no curto prazo, todos consumidores do país, porque eles compram bens comercializáveis mais baratos do que os que prevaleceriam se a taxa de câmbio estivesse no equilíbrio. Mas os prejudica no médio prazo, porque inviabilizam a industrialização ou, mais amplamente, a transferência essa que é principal origem do aumento da produtividade e do desenvolvimento econômico (BRESSER PEREIRA,2010).

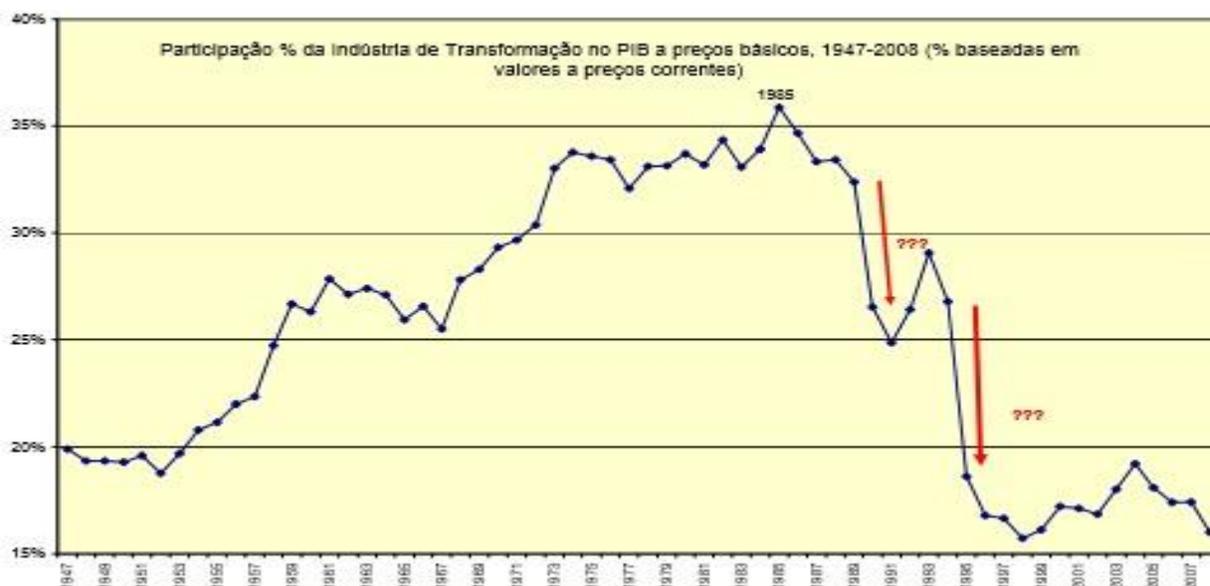
O desenvolvimento da doença holandesa gera três diferentes eventos econômicos. Nos países pobres, a doença holandesa inviabiliza a industrialização; em países ricos ela leva a desindustrialização, caso não seja neutralizada de forma eficiente; por fim, nos países em desenvolvimento ela gera a desindustrialização prematura. O primeiro caso é evidenciado na Arábia Saudita e Venezuela, onde o descobrimento do petróleo na região inviabiliza o surgimento de uma indústria pulsante; no segundo caso temos a Holanda, como já visto anteriormente, e o Reino Unido. O terceiro caso é evidenciado fortemente no Brasil, Argentina e México, onde existia uma indústria forte no período entre 1930 e 1980 devido às causas da doença holandesa serem neutralizadas com eficácia.

Neste terceiro caso, o país tem abundantes recursos naturais e os exporta, mas mesmo assim alcançou a industrialização e, portanto neutralizou a doença holandesa. Alternativa ou adicionalmente à política de neutralização da doença holandesa através de taxas múltiplas de câmbio, os países dotam altas tarifas de importação (que, em parte são medidas de proteção à indústria infante, em parte, de neutralização da doença holandesa do ponto de vista das importações). “ (BRESSER PEREIRA, 2010).

Durante as décadas de 1960 e 1980 era grande o protecionismo na política industrial brasileira, o qual era fortemente baseado na administração da taxa de câmbio, administração das importações, na concessão de incentivos e subsídios às exportações, criando, assim, barreiras à importação de produtos pelo Brasil. Os mercados internacionais, no entanto, começaram a pressionar o governo para a retirada deste protecionismo, que na visão de Bresser Pereira, não se configurava como uma proteção e sim como uma ferramenta de neutralização de uma falha de mercado gerado pela

doença holandesa. Contudo, no início da década de 1990, essas barreiras foram abruptamente quebradas inundando o mercado brasileiro de produtos importados, provocando o fechamento de várias indústrias brasileiras que não conseguiram vencer a concorrência dos produtos estrangeiros. Durante esse grande protecionismo imposto pelo governo, a indústria brasileira se desenvolveu e cresceu, porém, por não ter uma concorrência proveniente das importações, não se desenvolveu na velocidade da indústria mundial, evidenciando uma ineficiência produtiva que perdura até os dias atuais.

Gráfico 06 - Participação Percentual da Indústria de Transformação no PIB a preços básicos – 1947-2008 (% baseadas em valores a preços correntes)



Fonte: BONELLI; PESSOA (2010)

A retirada dessas barreiras protecionistas gerou valorização cambial as indústrias nacionais começaram a sentir o impacto da tal medida, primeiro com a redução das exportações e depois com o aumento das importações. As exportações diminuíram e, em decorrência do câmbio valorizado, o produto perdeu competitividade internacional o que levou as empresas a tentarem um aumento da produtividade para que elas voltassem a ser competitivas no cenário mundial. Com o intuito de conseguir esse ganho de produtividade, as empresas passaram a importar componentes para serem usados nos seus produtos, aumentando ainda mais as importações. Com o passar do tempo, essas empresas se limitaram a ser montadoras.

Em outras palavras, a indústria de transformação do país torna-se gradualmente uma “maquiladora” ou apenas uma “indústria maquila”. A desindustrialização

está em curso. As vendas das empresas da indústria de transformação e mesmo de suas transformação e mesmo de suas exportações podem continuar a apresentar ganhos elevados, mas seu valor agregado diminuirá, bem como seu valor agregado per capita[...] porque os componentes com maior conteúdo tecnológico serão cada vez mais importados (BRESSER PEREIRA, 2010).

Uma forma de ilustrar esse momento é a vinda para o Brasil da gigante taiwanesa Foxconn, a maior fabricante de componentes eletrônicos e de computadores do mundo e que é responsável pela montagem dos componentes do Iphone, smartphone da gigante Apple. A Apple é uma das maiores empresas de tecnologia do mundo situada no Vale do Silício – Califórnia, Estados Unidos, onde em 2014 teve um faturamento em torno de 200 bilhões de dólares e é desenvolvedora de produtos de alta complexidade tecnológica gerando, a cada ano, diversas inovações tecnológicas. A Foxconn tem como principal função a fabricação dos componentes eletrônicos e montagem dos produtos e trouxe para o Brasil a sua primeira fábrica de montagem fora da Ásia.

A primeira fábrica da Foxconn fora da Ásia é responsável só pela montagem dos componentes, ela não possui nenhum centro de desenvolvimento ativo e suas máquinas vieram do Japão e Taiwan e são usadas e gerenciadas por engenheiros em sua maioria japoneses. Cerca de 4 mil funcionários de chão de fábrica ganham em média R\$ 1.200,00 com uma jornada pesada de trabalho, como é de costume nos grandes centros industriais asiáticos. A vinda dessa “montadora” foi possível por meio de vários incentivos fiscais e promessas de desenvolvimento de novas tecnologias na fábrica brasileira, mas que até agora não tiveram o efeito potencializador esperado. Nenhum novo componente ou nova tecnologia foi desenvolvida nessa fábrica e os preços para o consumidor brasileiro são os mesmos dos fabricados nas indústrias asiáticas, que chegam ao país por via de importação. Excluindo o ganho com os novos postos de trabalhos, essa fábrica ainda não trouxe nenhuma vantagem competitiva e/ou tecnológica para o Brasil.

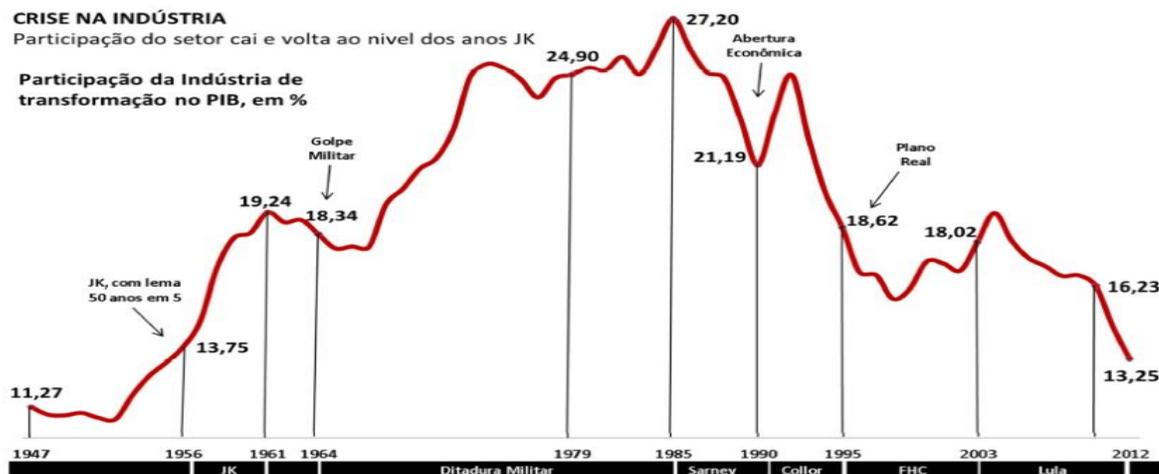
A desindustrialização dos países desenvolvidos faz parte da evolução econômica capitalista. A doença holandesa, por outro lado, é um processo negativo da desindustrialização, causando um efeito nefasto às economias em desenvolvimento. A doença holandesa, quando atinge países em processo de industrialização, como aqueles exportadores de petróleo, gera baixo crescimento aliado a uma pobreza contínua; no Brasil, o mesmo fenômeno gera uma desindustrialização negativa.

Para Bresser Pereira, a doença holandesa brasileira não é comparável com a dos países exportadores de petróleo, não se tratando, assim, de uma desindustrialização aguda. Ele enfatiza que, como a doença holandesa está associada também a salários baixos dominantes em setores industriais de baixa tecnologia, quem mais sofrerá com esse fenômeno será as indústrias com elevado conteúdo tecnológico, de maior valor adicionado per capita. Assim fica descaracterizado, dessa forma, o efeito positivo da desindustrialização, que é o aumento do valor adicionado per capita, ou seja, menos pessoas trabalhando no setor, mas com ganhos cada vez maiores, o que desenvolve também o setor de serviços.

É nesse sentido que o autor afirma que “(...) enquanto a China se transforma na fábrica do mundo e a Índia, na produtora universal de softwares, o Brasil vai gradualmente se transformando na fazenda do mundo” (BRESSER PEREIRA, 2010).

Ou seja, o Brasil está se reprimarizando, está se desenvolvendo na agricultura, o que seria um retrocesso. Segundo dados da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), em 2012, 47,1% das exportações brasileiras são de minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja, carne, açúcar e café, em 2006, não passavam de 28%.

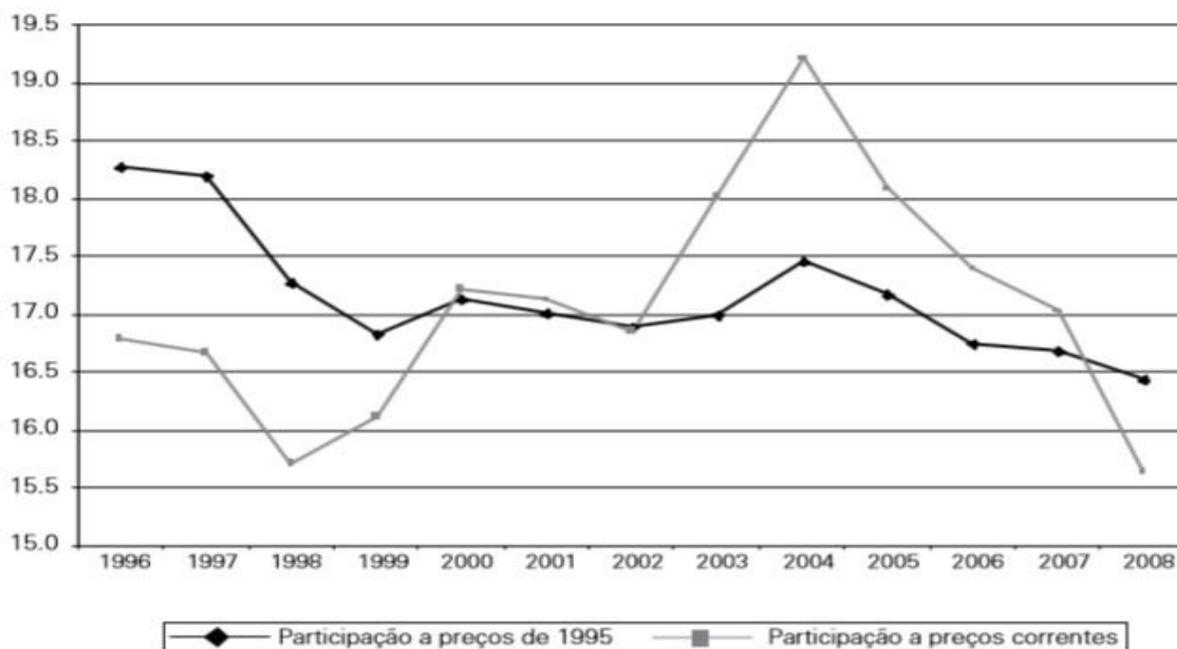
Gráfico 07 - Evolução da participação da indústria de transformação brasileira no PIB (1947-2012)



Fonte: BONELLI; PESSOA (2010)

Em outro estudo, Bresser Pereira evidencia que a desindustrialização que o Brasil passa foi consequência da doença holandesa.

Gráfico 08 - Participação do Valor Adicionado da Indústria de Transformação a preços de 1995 (1996 a 2008)

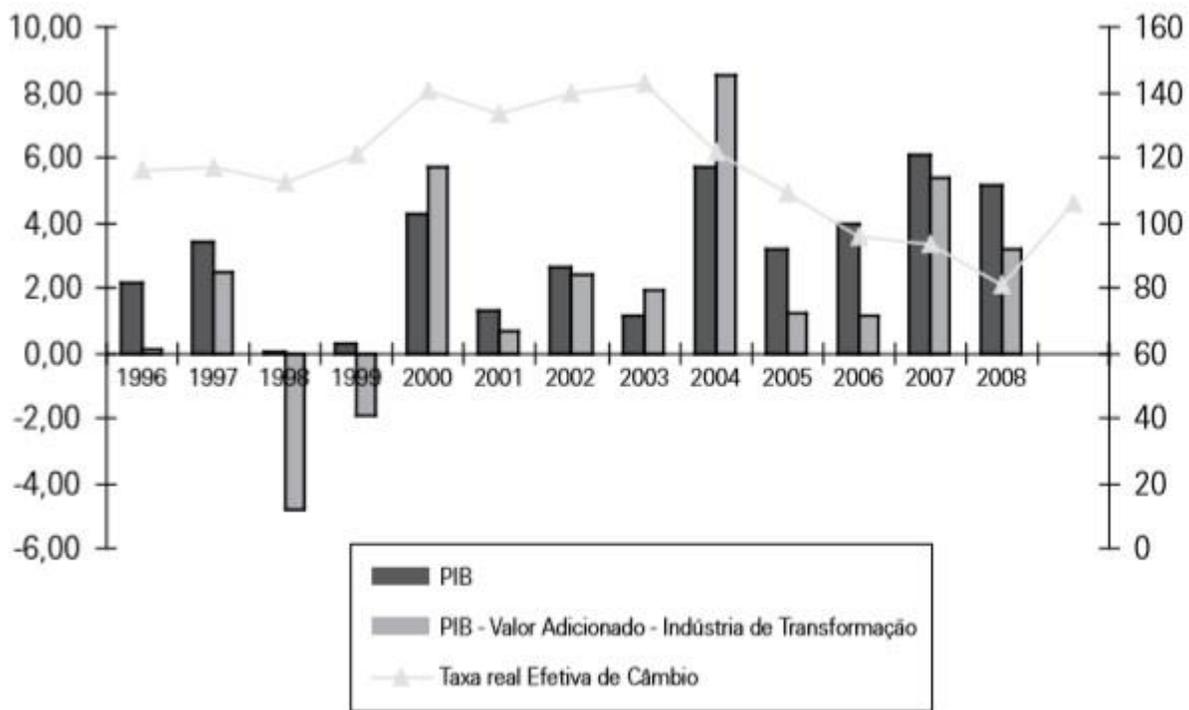


Fonte: IBGE, 2009

Com esse gráfico apresentado pelo autor, fica evidente a perda da importância da indústria em comparação do valor adicionado da indústria de transformação do PIB a preços correntes isolando então efeitos da variação dos preços na evolução da indústria no geral, ficando mais evidente ainda a redução da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro. Mesmo no momento antes da crise, quando o Brasil teve bons resultados, a indústria não conseguiu voltar ao patamar de 1996, maior resultado da série. Esta é um importante fator que evidencia ainda mais o efeito negativo da tendência à valorização cambial, decorrente da doença holandesa, para o setor industrial.

Outro fator que reforça a queda da participação da indústria é a taxa de crescimento da indústria comparado ao PIB brasileiro. Em uma análise compreendida entre 1996 e 2008, a indústria só teve um crescimento superior ao PIB em 3 anos (2000, 2002 e 2004), sendo em 2004 um crescimento acima da média (8,2%). Nesse gráfico também é possível verificar que a forte valorização do câmbio culminou na queda do crescimento industrial, como já foi verificado anteriormente.

Gráfico 09 - Taxa de crescimento do PIB e da Indústria de Transformação (%) e Taxa Real Efetiva de Câmbio (1996-2008)



Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais; IPEADATA.

Um forte indicativo de ocorrência da doença holandesa é os eventos simultâneos de perda da importância da indústria no PIB e aumento do déficit comercial da indústria. No Brasil, durante o período de 1992-2007, houve um crescimento no saldo da balança comercial de *commodities* na economia brasileira, passando de um superávit de 11 bilhões de dólares para 46,8 bilhões. No que se refere ao saldo da balança comercial industrial, ocorreu processo inverso, em 1992 a indústria brasileira possuía um superávit de 4 bilhões de dólares e em 2007 foi registrado um déficit de 9,8 - desse resultado a indústria de média e alta tecnologia tinha um superávit de 0,7 bilhões de dólares e em 2007 teve um déficit de 20,2 bilhões. Esses registros apontam para uma queda acentuada da importância da indústria para a economia brasileira, queda essa negativa para a saúde da economia já que a indústria de média e alta tecnologia apresentou uma redução de sua importância. A indústria de média e alta tecnologia é a maior responsável pelos avanços tecnológicos, é a mola propulsora para o desenvolvimento tecnológico, de onde surge as novidades que geram ganhos de produtividade.

Todos esses dados, aliados à maior participação das *commodities* no PIB brasileiro serviram de base para Bresser Pereira defender que existe em curso um processo de desindustrialização no

Brasil, decorrente, principalmente, da doença holandesa. Ele defende a ideia de que o Brasil pode estar passando por uma mudança no padrão de especialização da estrutura produtiva da economia brasileira, situação em que o país passa a focar mais nas atividades intensivas em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico, a chamada re-primarização. Se isso for realmente uma tendência, é algo extremamente preocupante, posto que a busca por avanços tecnológicos é o motor do crescimento econômico e social, garantindo ganhos intensivos em escala, desenvolvendo a ciência e, principalmente, trazendo vantagens competitivas que garantem a continuidade do crescimento.

4 DESINDUSTRIALIZAÇÃO SEGUNDO FILGUEIRAS

Como afirmado anteriormente, a maioria dos autores defende que o processo de desindustrialização no Brasil é prematuro e nocivo à economia brasileira, não sendo, portanto, o processo natural que todo país deve passar ao atingir um certo nível de desenvolvimento, em um determinado nível de renda *per capita* (desindustrialização positiva); ao contrário, o país estaria passando pela desindustrialização negativa, por meio da qual ocorre um processo estrutural de reprimarização e especialização regressiva da economia.

Luiz Antonio Mattos Filgueiras também defende essa idéia, ao acreditar que a desindustrialização brasileira não decorre de um estágio mais elevado de desenvolvimento do país, mas sim do fato da economia brasileira ter sido “contaminada” pela doença holandesa. Ao contrário de Bresser Pereira, Filgueiras garante que o Brasil passa por um novo padrão de desenvolvimento.

Nem todos os economistas dão o mesmo grau de importância para o processo de desindustrialização, existe uma grande diferença entre os pensadores de visão neoclássica ortodoxa e os pensadores de visão heterodoxa. Para os pensadores de visão neoclássica, a indústria não é vista como um setor especial, diferente dos outros setores, com características específicas que garantem um melhor desenvolvimento socioeconômico garantindo um crescimento de longo prazo. Para eles, é indiferente se o crescimento do valor adicionado é gerado na agricultura ou indústria ou no setor de serviços; tal crescimento decorre apenas da acumulação de fatores e do progresso técnico gerado por cada setor.

Para os pensadores heterodoxos, a indústria é um setor produtivo especial onde tudo acontece; é a mola propulsora do desenvolvimento ao longo prazo. Por essa razão a composição setorial da formação do PIB tem que ser vista com atenção já que é ela que garantirá a qualidade e intensidade do crescimento e o desenvolvimento econômico do país. Nas palavras de

Filgueiras:

E as razões para a indústria ser um setor especial se deve a pelo menos quatro de suas características (Oreiro, Feijó, op. cit.): 1- os seus efeitos multiplicadores dinâmicos para o conjunto da estrutura produtiva é mais forte do que os de outros setores; 2- se destaca pela presença de economias de escala (estáticas e dinâmicas), o que significa que sua produtividade cresce com o aumento da produção; 3- maior capacidade de geração e difusão (para outros setores) de progresso técnico; 4- a elasticidade renda das importações de produtos

industriais é maior do que a dos produtos primários e das commodities – o que reduz a vulnerabilidade externa do país (FILGUEIRAS, 2012).

Diversos autores defendem a importância da indústria na economia brasileira e a partir da década de 1980 esse setor vem passando por uma vertiginosa queda da sua importância na composição do PIB brasileiro e isso não seria por acaso. Existe um consenso entre os economistas que houve uma mudança no padrão de desenvolvimento no Brasil, que coincidentemente ou não, iniciou também na década de 1980, quando o antigo padrão de desenvolvimento o Modelo de Substituição de Importações (MSI) entrou em crise e culminou com sua extinção. A formação do novo padrão de desenvolvimento brasileiro, que teria sido construído ao longo dos anos de 1990 e 2000, não é consenso entre os economistas. Filgueiras, ao defender a construção de um novo padrão - Padrão de Desenvolvimento Capitalista Liberal-Periférico - evidencia as mudanças trazidas pelo novo modelo:

O Modelo Liberal-Periférico (MLP), constituído a partir dos anos 1990 (Governo Collor) se estruturou a partir de profundas mudanças em, pelo menos, cinco dimensões da organização econômico-social e política do país, quais sejam: 1- a relação capital/trabalho, 2- a relação entre as distintas frações do capital, 3- a inserção internacional (econômico financeira) do país, 4- a estrutura e o funcionamento do Estado e 5- as formas de representação política (FILGUEIRAS, 2006; FILGUEIRAS, GONÇALVES, 2007; FILGUEIRAS ET AL, 2010). O novo padrão daí surgido, fazendo uso, ao longo do tempo, de distintos regimes de políticas macroeconômicas, apresenta as seguintes características: vulnerabilidade externa estrutural, inserção passiva na economia internacional, instabilidade macroeconômica e dificuldade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas (FILGUEIRAS, 2012).

Nos últimos 20 anos é possível identificar três regimes de política macroeconômica no Brasil, sendo o primeiro iniciado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi caracterizado pela forte valorização do real, recém-criado, e as altas taxas de juros. Esse regime conseguiu reduzir fortemente a inflação que era um grande problema para a economia brasileira no momento, mas ao longo do tempo, provocou uma grande instabilidade macroeconômica, gerando fugas de capitais e aumento da pressão para a desvalorização do real. Isso provocou uma redução das reservas internacionais que resultou no retorno das elevadas taxas de inflação.

Os processos de privatizações, abertura comercial e financeira do Brasil, conjuntamente com uma política cambial de sobrevalorização do real, pilares da política anti-inflacionária, fragilizaram o

balanço de pagamento e ajudaram a centralizar o capital e internacionalizar a economia brasileira, enfraquecendo as grandes empresas industriais. Com essa política, a balança comercial brasileira apresentou sucessivos e elevados déficits que levaram a crescentes déficits na conta de transações correntes. Na contramão deste processo, as grandes empresas ligadas ao agronegócio brasileiro foram se fortalecendo a partir da importância estratégica que as exportações passaram a ter para a dinâmica do modelo e aumentaram as suas participações na economia e seu poder político.

O segundo regime adotado nesse período é o conhecido tripé macroeconômico, onde o governo tinha uma meta de inflação, bem definida e divulgada pelo Banco Central, superávit fiscal primário e o câmbio flutuante. Nesse período, foi mantida a ampliação da abertura comercial e financeira e a continuação dos processos de privatizações, já iniciadas no Governo Collor, em consolidação do Modelo Liberal Periférico. Com a desvalorização do real seguida da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil passou a obter elevados superávits na balança comercial o que se mostraria essencial para o aumento da remuneração do capital financeiro internacional, fortalecendo o capital produtor e exportador de *commodities* agrícolas e minerais, reduzindo a instabilidade do modelo liberal periférico. Mesmo com esse cenário, a balança de serviços e rendas continuaram se deteriorando, em razão das remessas de lucros e dividendos das grandes corporações que já estavam instaladas no país, e, com isso, o déficit da conta de transações correntes não recuou no mesmo nível.

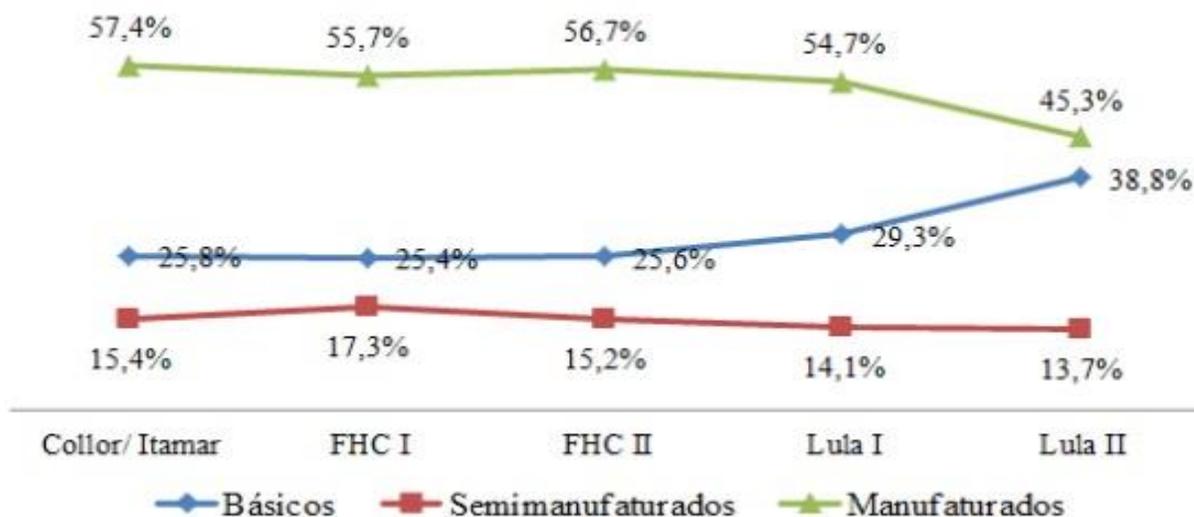
A entrada da China na OMC mudou a estrutura do comércio que deu um grande salto, impactando todos os países periféricos do capitalismo produtores de *commodities* que viram as suas exportações crescerem exponencialmente. Com a conjuntura internacional favorável, o Brasil teve sucessivos saltos nas suas exportações a ponto de compensarem a continuação dos déficits crescentes na conta de serviço e renda, levando a inéditos superávits na conta de transações correntes até 2007.

Com esse novo cenário econômico mundial, o Brasil começou a crescer puxado pelas exportações, que ainda foram potencializadas por uma redução das taxas de juros e início da adoção de algumas medidas econômicas sociais produzidas pelo governo Lula – a criação e ampliação do Bolsa Família, a política de aumento real do salário mínimo e a instituição do crédito consignado. Esses fatores foram importantes, juntamente com as elevadas taxas de exportação, para a melhora de todos os níveis de indicadores da vulnerabilidade externa. Nesse

processo, ainda não se percebe nenhuma mudança na estrutura da economia do governo FHC para o governo Lula. Em 2006, o governo Lula começa a flexibilizar, operacionalmente, o tripé macroeconômico que foi iniciado no governo FHC, tornando o governo o protagonista das ações econômicas com o retorno dos investimentos públicos.

Essa mudança marca o início da passagem para um novo regime de política, com a flexibilização do tripé macroeconômico promovido pelo Governo Lula. Nesse momento se inicia uma mudança na política econômica do país, que consolidará um novo regime de crescimento, no qual o mercado interno é protagonista. Percebe-se a partir daí uma ampliação do consumo interno e também a volta dos déficits na conta de transações correntes, apesar das taxas de crescimento do PIB, valorização cambial e a continuação do crescimento das exportações.

Gráfico 10 - Brasil: Participação das Exportações por fator agregado (%)

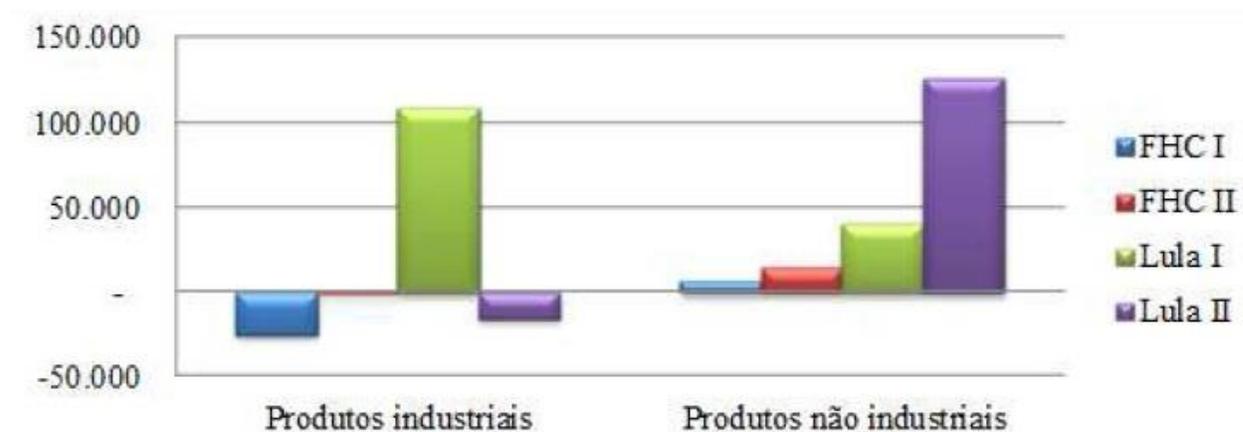


Fonte: DEPLA/SECEX/MDIC

Com esse novo regime de política o cenário mudou, o salário mínimo real cresceu e os gastos sociais aumentaram, melhorando a distribuição de renda, em particular dos rendimentos do trabalho, estimulando, junto com a ampliação do crédito, o crescimento econômico – que desde 2005-2006 vem sendo mais puxado pelo mercado interno do que externo. Apesar disso, com esse novo processo de desenvolvimento, o país ficou mais dependente da economia internacional. Embora tenha havido a modernização de muitos setores industriais do ponto de vista tecnológico e de gestão, e se tenha conseguido manter, fundamentalmente, todos os setores industriais

relevantes em que pese o longo período de estagnação econômica, a pauta de exportação do país tem se reprimarizado aceleradamente, conforme os gráficos a seguir (FILGUEIRAS, 2013).

Gráfico 11: Brasil: Saldo do Comercial dos Produtos Industriais e Não Industriais (%)



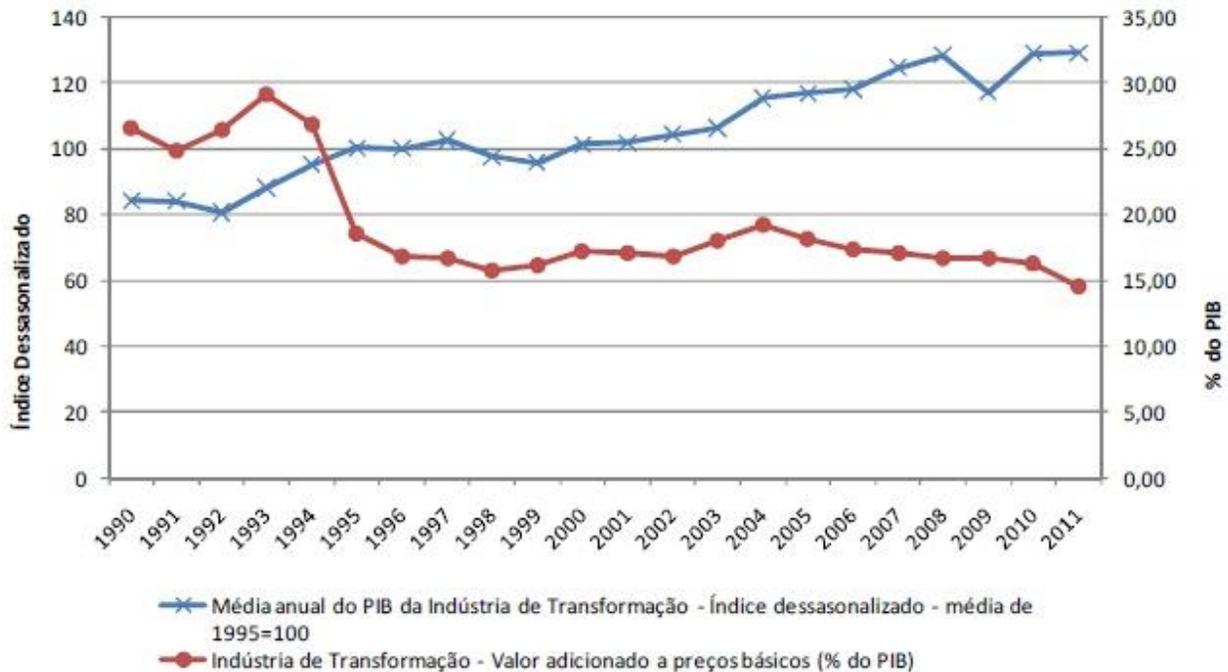
Fonte: DEPLA/SECEX/MDIC

Nesse cenário, Filgueiras evidencia o fortalecimento do agronegócio e a re-primarização da economia brasileira:

Isto passou a ocorrer, principalmente, a partir do primeiro governo Lula, quando a tendência à valorização do real retornou a se consolidar e, principalmente durante o segundo governo, quando o efeito China passou a se manifestar de forma mais forte na economia mundial. Neste cenário, cresceram as dificuldades da indústria de transformação brasileira em competir, tanto no mercado externo quanto no interno; enquanto as commodities agrícolas (agronegócio) e minerais (indústria extrativa) aumentaram sua participação no PIB e nas exportações. A dificuldade da indústria de alta e média-alta tecnologia, cuja balança comercial específica tem-se deteriorado de forma impressionante a partir do segundo governo Lula, com o crescimento dos déficits comerciais – que são, sistematicamente, cobertos pelos superávits comerciais obtidos pelas commodities (FILGUEIRAS, 2012).

Um fator vem sendo constante durante todas essas mudanças na economia brasileira nos últimos trinta anos é a redução da indústria de transformação no PIB brasileiro.

Gráfico 12 - Indústria de Transformação: Valor Adicionado/PIB (%)



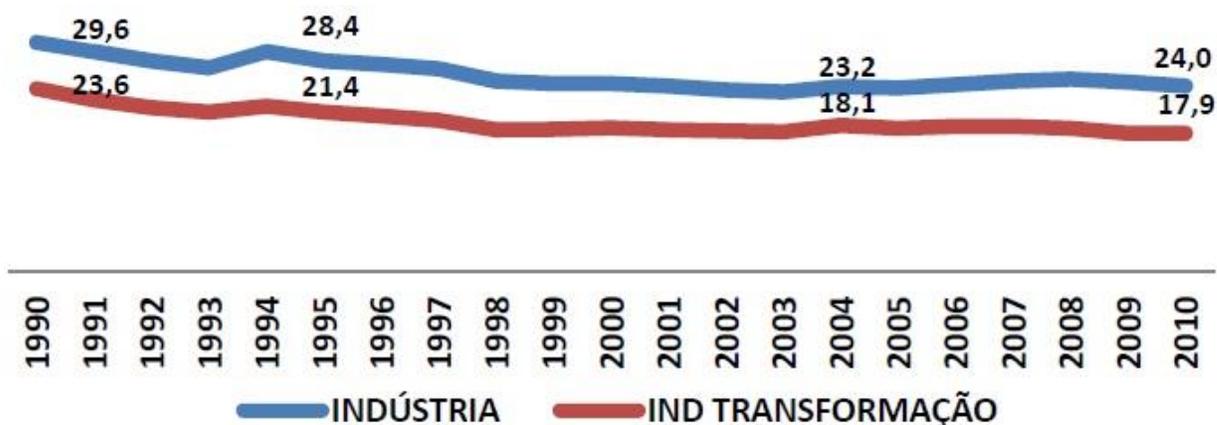
Fonte: IPEADATA, 2012

Para Filgueiras, essa queda constante da participação da indústria tem três distintos momentos. O primeiro momento é entre 1994 e 1998, quando a diminuição da indústria foi provocada pela abertura comercial e pelo regime de política macroeconômica adotada a partir do contexto do Plano Real, período de forte reestruturação produtiva, desestruturação de cadeias produtivas, rápido aumento das importações e baixíssimas taxas de crescimento. Esses pensamentos convergem com as ideias de Bresser Pereira já apresentadas anteriormente. O segundo momento é compreendido entre 1999 e 2004, no qual há uma recuperação da participação da indústria, que coincide com a desvalorização do real e a adoção de um novo regime de política macroeconômica (o tripé); no entanto, essa participação não retorna ao nível anterior ao Plano Real. O terceiro momento é a partir de 2005, quando a participação da indústria volta a cair, passando a representar em 2011 apenas 15% do PIB – período no qual houve uma grande valorização do real e taxas de crescimento da economia e das importações se elevaram.

A desindustrialização, conceitualmente, é a diminuição tanto da indústria como do emprego na participação do PIB de um país e/ou região, sendo necessário analisar o emprego na composição do PIB brasileiro. Para isso, Filgueiras mostra os dados sobre o emprego industrial e emprego

total da economia e eles também evidenciam a perda de participação da indústria e, em especial, da indústria de transformação. Nessa caso, a queda só é interrompida em 1994, pelo estímulo ao crescimento propiciado pela queda da inflação, durante a fase inicial de implementação do Plano Real, e entre 2004 e 2008, quando o PIB volta a apresentar maiores taxas de crescimento.

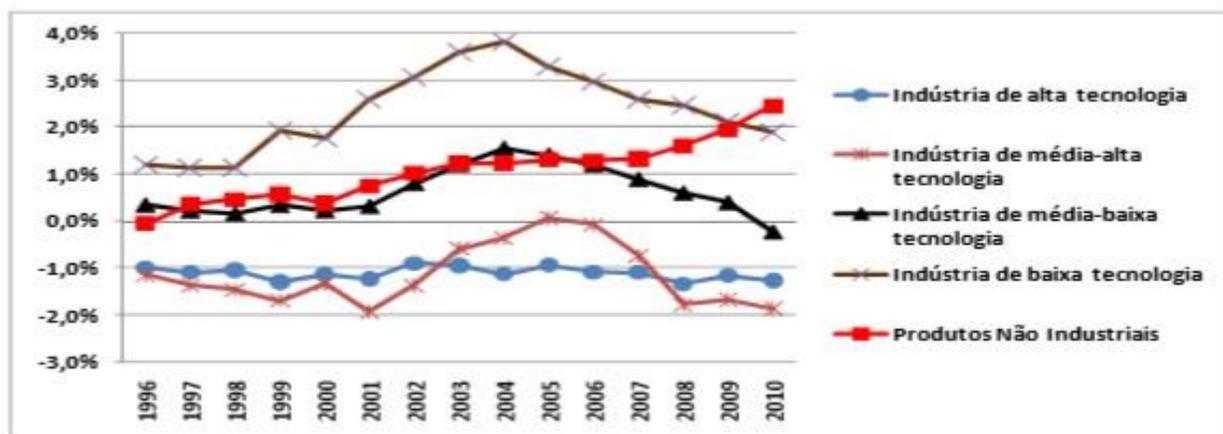
Gráfico 13 - Participação da indústria e da indústria de transformação no emprego total



Fonte: IBGE,2012

Outro dado importante que o autor traz é sobre a balança comercial dos setores industriais por intensidade tecnológica.

Gráfico 14 - Balança Comercial dos Setores Industriais por Intensidade Tecnológica % do PIB – 1996/2010.



Fonte: FILGUEIRAS (2012)

O gráfico acima demonstra como existe uma *involução* das indústrias no país. O saldo comercial das indústrias de alta complexidade diminuiu nos últimos anos, elas conseguiram ter uma melhora entre 2001 e 2005, mas voltaram a ter, aproximadamente, a mesma representatividade em 2010. Com o gráfico é perceptível verificar que o superávit dos produtos não industriais dobrou nos últimos quatro anos e em 2010 passou a ser o produto com o maior superávit na balança comercial. Esse gráfico é uma forte evidência que está em curso um processo de desindustrialização na economia brasileira.

A indústria é a mola propulsora para o desenvolvimento econômico de qualquer país. É ela que causa o desenvolvimento das economias capitalistas, ela precisa estar desenvolvida para que haja o próximo passo da evolução capitalista, que é o fortalecimento do setor de serviços tendo como base uma indústria que aumentou o valor adicionado per capita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil passou por fortes mudanças nos últimos 30 anos, alternando, inclusive, a estratégia de desenvolvimento que vinha sendo seguida de forma praticamente ininterrupta desde a década de 1930, tendo o estado como grande agente econômico - promovendo, regulando e induzindo as ações da economia. Assim, o país atravessou uma abertura comercial, privatizando a maioria das empresas estatais, liquidou monopólios públicos na infraestrutura, promoveu a desregulação de diversos setores econômicos, adotou atitude mais aberta em relação ao investimento estrangeiro e controlou a inflação. Como resultado apresentou um registro de crescimento relativamente favorável — embora o consenso em relação a esse resultado esteja longe de ser alcançado. Apesar disso é reconhecido que o principal macro-setor negativamente afetado, em relação à experiência pretérita, foi o industrial.

Essa nova estrutura da economia brasileira - foi mais sentida pelo setor industrial, que devido à abertura abrupta da economia sofreu fortes impactos com a redução de postos de trabalho e diminuição considerável na composição do PIB brasileiro. Isso evidencia que existe uma transformação qualitativa na estrutura produtiva e do comércio exterior do país, passando o setor de serviços a ter uma importância maior do que a do setor industrial. A indústria brasileira passou a se especializar na produção e exportação de bens de menor valor agregado, não necessitando de maior intensidade tecnológica. Esses são indícios de que o Brasil está vivendo um processo de desindustrialização negativa.

Os dados a respeito da taxa de crescimento da indústria de transformação apontam para a continuidade da perda relativa da indústria brasileira nos últimos 15 anos. A indústria brasileira mostra sinais inquietantes da ocorrência de “doença holandesa”, ou seja, de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio, o que resulta da valorização dos preços das *commodities* e dos recursos naturais no mercado internacional.

Quatro itens evidenciam a tendência do processo de desindustrialização pela qual atravessa o Brasil: a queda da participação do valor adicionado da indústria de transformação e dos bens de maior conteúdo tecnológico no PIB; a diminuição dos postos de trabalho na indústria; o aumento da participação dos bens de menor intensidade tecnológica no PIB e o superávit cada vez maior dos produtos básicos no saldo comercial; por fim, a apreciação cambial - exatamente, no

momento em que o setor de bens primários passa a ganhar maior importância relativa, coincidindo com a tendência de aumento no preço das *commodities* e diminuição da importância da indústria.

Algumas mudanças na economia brasileira foram fundamentais para que esse processo de desindustrialização acontecesse, mas as que tiveram maior impacto foram o processo de privatizações; a abertura comercial e financeira e a política cambial de sobrevalorização do real. Esses fatores fragilizaram o balanço de pagamento e ajudaram a centralizar o capital e a internacionalizar a economia brasileira, enfraquecendo assim as grandes indústrias brasileiras.

O Brasil passa por uma mudança no padrão de especialização da estrutura produtiva da economia, passando o país a focar nas atividades intensivas em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico reprimarizando a sua atividade econômica. Esse fato é extremamente crítico - devido ao fato de que a busca por avanços tecnológicos é a maior fonte de crescimento econômico e social de um país e/ou região, garantindo os ganhos em escala. A indústria é a maior responsável pela criação desses avanços, sendo a mola propulsora da economia, portanto a desindustrialização em curso no Brasil é extremamente negativa e preocupante, pois a economia brasileira não atingiu o nível de desenvolvimento dos países nos quais o processo de desindustrialização é positivo por gerar externalidades positivas.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. Doença Holandesa e Desindustrialização. **Valor Econômico**, 25 de nov. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estratégia nem wage, nem export-led, mas novo-desenvolvimentista**. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/375-Finance-wage-export-led-AKB.pdf> acesso em 24 de nov. 2015

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e novo-desenvolvimentismo**. *Revista de la Cepal*, N. 100, 2010.

BONELLI, Regis; PESSOA, Samuel. **Desindustrialização no Brasil: Um resumo da evidência**. Disponível em <http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C823328345192012888BA30FC225D> acesso em 24 de nov. 2015.

CLARK, Colin. **The conditions of economic progress**. London: Macmillan, 1957.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. **Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2010.

FEIJÓ, Carmem A., CARVALHO, Paulo G. M.; ALMEIDA, Júlio S. G. (2005) **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** . São Paulo: IEDI, nov.2005.

FILGUEIRAS, Luiz. A crise mundial e o desenvolvimento brasileiro. **Economistas**, Brasília, COFECON, v.2, n. 7, p.24-37, abr.2012.

FILGUEIRAS, Luiz et al. **O desenvolvimento econômico recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa**. Disponível em http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2012/id/o_desenvolvimento_economico.pdf acesso em 24 de nov. 2015.

FILGUEIRAS, Luiz., OLIVEIRA, Elizabeth. **A Natureza do Atual Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e O Processo de Desindustrialização.** Disponível em <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2148&title=A+natureza+do+atual+padr%C3%A3o+de+desenvolvimento+brasileiro> acesso em 24 de nov. 2015.

IBGE **Contas Nacionais Trimestrais** - Indicadores de Volume e Valores Correntes - OUTUBRO/DEZEMBRO 2012. Brasília.

IBGE. **Indicadores IBGE** - Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário (PIMES), JANEIRO 2013. Brasília.

IBGE. **Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Brasil - FEVEREIRO 2013.** Brasília.

MARQUETTI, A.. **Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998.** Disponível em http://www.researchgate.net/publication/238690632_Progresso_Tcnico_Distribuio_e_Cresciment_o_na_Economia_Brasileira_1955-1998 acesso em 24 de nov.2015.

NASSIF, André. **As fontes de mudança da eficiência técnica da indústria brasileira após a liberalização comercial: uma estimação econométrica por dados de plantas .** Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/C23.pdf> acesso em 24 de nov. 2015.

OREIRO, José L.; FEIJÓ, Carmem A. **Desindustrialização: Conceituação, Causas, Efeitos e o Caso Brasileiro,** 2010

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R. Growth, Trade and Deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v. 46, n.1, 1999.

ROWTHORN, Robert; WELLS, John R. **De-industrialization and foreign trade.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.